

RESILIÊNCIA NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

TALITA MARINI BRANDELLI¹; NIRCE SAFFER MEDVEDOVSKI²

¹PROGRAU Universidade Federal de Pelotas – talitabrandelli@hotmail.com

²PROGRAU Universidade Federal de Pelotas – nirce.sul@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O governo brasileiro instituiu em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), a fim de viabilizar o direito constitucional à moradia e ao acesso a melhores condições de habitabilidade (MALTA; CORREA, 2018). O programa injetou grande volume de recursos para o setor da construção civil e promoveu o acesso à moradia para a população de baixa renda com a concessão de altos subsídios (SOARES; SILVA, 2018).

Apesar do PMCMV, o déficit habitacional continuou sendo realidade. Além disso, o PMCMV acabou priorizando a economia e limitando a qualidade arquitetônica e construtiva, por ser pautado por metas quantitativas (CARDOSO, 2013; AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015; ARAÚJO, 2020).

Conforme Villa, Bortoli e Oliveira (2020), importantes estudos citaram que as habitações de interesse social (HIS) estão abaixo das necessidades e anseios dos moradores; são milhões de famílias beneficiadas com o “sonho” da casa própria que têm convivido com instabilidade estrutural, falta de estanqueidade a chuvas e ventos, desconforto térmico, privacidade insatisfatória, entre outros impactos. Atualmente as HIS atendem de maneira mínima as necessidades básicas das pessoas, gerando uma falsa sensação de bem-estar (ARAÚJO; VILLA, 2020; AMORE; SHIMBO; RUFINO, 2015; VILLA; SARAMAGO; GARCIA, 2015).

A relação entre arquitetura e saúde tem historicamente recebido pouca atenção, a pesquisa sobre o bem-estar no ambiente construído é uma área de investigação relativamente recente (STEEMERS, 2015), porém a qualidade do espaço construído e a forma com que ele permite adaptações influenciam o bem-estar dos moradores (ARAÚJO; VILLA, 2020). Malta (2021) destaca que a qualidade do ambiente construído está diretamente ligada ao bem-estar do usuário, e a concepção dos projetos realizados pelos programas governamentais pouco considera esse impacto, deve-se voltar o olhar à família beneficiada, visto que o usuário final é o maior interessado na habitação.

A resiliência do ambiente construído promove e facilita o aumento do bem-estar dos seus usuários (BORTOLI; VILLA, 2021; BAKER; STEEMERS, 2019; GARCIA; VALE, 2017; STEEMERS, 2015), além de proporcionar o controle sobre os espaços onde vivem, permitindo assim a sensação de familiaridade e pertencimento (ARAÚJO; VILLA, 2020).

Diante do exposto, o objetivo do presente artigo é apresentar os resultados iniciais de uma revisão bibliográfica sobre a resiliência no ambiente construído, parte de uma pesquisa principal, desenvolvida junto ao Programa de Pós graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAURB UFPEL, que tem como objetivo investigar a resiliência em HIS por meio de um de seus atributos facilitadores - o bem-estar, tendo como recorte um estudo de caso na cidade de Pelotas-RS, por meio da aplicação de Avaliação Pós-Ocupação (APO).

2. METODOLOGIA

O presente artigo utilizou como método a revisão bibliográfica, de caráter exploratório e preliminar. Esta etapa da pesquisa tem como objetivo aprofundar os conhecimentos sobre o tema proposto, além de realizar um levantamento de

trabalhos já desenvolvidos por pesquisadores da área, em nível nacional e internacional. O principal item estudado até o momento é a conceituação de resiliência e como se relaciona com o ambiente construído.

O procedimento metodológico da pesquisa principal será dividido em três etapas, a primeira etapa é a revisão bibliográfica, a partir destas informações, será possível consolidar o objetivo proposto e promover novos conhecimentos e ideias que ainda não foram explorados e que possam, eventualmente, ser abordados na pesquisa proposta. A segunda etapa é a escolha dos critérios e a delimitação do objeto de estudo de caso.

A terceira etapa é a APO, na qual procura-se investigar a resiliência de HIS após um período considerável de ocupação. A APO destaca-se como uma importante ferramenta na obtenção de dados consistentes relativos ao ambiente construído com ênfase na percepção ambiental, ou seja, pessoa - ambiente construído (ONO et al., 2018, VILLA; SARAMAGO; GARCIA, 2015).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da revisão inicial, nota-se que há um paradigma a respeito do conceito de resiliência (PICKETT et al., 2014). Nos últimos 40 anos o conceito se transformou, não há mais uma definição simples e única, muitas disciplinas adotaram o termo e o aplicaram em sistemas ecológicos, psicológicos, sociais, sociotécnicos, organizacionais e socioecológicos (HASSLER; KOHLER, 2014).

O mais clássico e o primeiro conceito sobre resiliência traz a palavra como a capacidade de um sistema, que estava em equilíbrio, retornar ao equilíbrio após perturbação, é abordada como o comportamento elástico dos materiais a fim de manter a estabilidade (PICKETT et al., 2014; HASSLER; KOHLER, 2014, VALE; GARCIA, 2017).

Desenvolvido em ecologia no início da década de 1970, o conceito de resiliência ecológica, aparece como contraponto ao paradigma da estabilidade, esta conceitualização foi estendida para uma teoria mais geral, adotada e adaptada a uma ampla gama de disciplinas (HASSLER; KOHLER, 2014; LABOY; FANNON, 2016). A mudança de abordagem envolveu o reconhecimento de um sistema dinâmico que muda ao longo do tempo (HASSLER; KOHLER, 2014), a visão de equilíbrio foi substituída, sob este paradigma contemporâneo de não-equilíbrio, a essência da resiliência é a capacidade de se ajustar a condições mutáveis (PICKETT et al., 2014), a capacidade de responder, adaptar e evoluir a diferentes formas de pressão (HASSLER; KOHLER, 2014).

Conforme Laboy e Fannon (2016), a resiliência tem sido utilizada para avaliar a capacidade de uma pessoa, objeto ou sistema persistir diante de rupturas ou dificuldades. Tem relação com a capacidade de usar os impactos e distúrbios para estimular a renovação e inovação, ou seja, transformar algo negativo em positivo (GARCIA; VALE, 2017). A abordagem de resiliência centra-se no processo de transformação, ou seja, como as sociedades lidam com a incerteza e como se adaptam a novas situações; a resiliência oferece uma maneira de pensar e um conjunto de métodos para lidar com a mudança (HASSLER; KOHLER, 2014).

O grau de resiliência em um determinado sistema em um dado período de tempo é avaliado por meio de modelos detalhados de capacidades adaptativas (PICKETT et al., 2014). É necessária uma descrição exaustiva de ameaças, complementadas com cenários sobre como essas ameaças se relacionam entre si e como elas afetarão e transformarão o ambiente construído (HASSLER; KOHLER, 2014). Pode-se dizer, então, que a resiliência é utilizada para definir mecanismos para gerir riscos e vulnerabilidades, e para ser capaz de absorver choques,

incertezas e mudanças por meio da renovação, reorganização e adaptação (LABOY; FANNON, 2016).

O crescente uso da resiliência como objetivo da prática arquitetônica apresenta um novo desafio na responsabilidade dos arquitetos a respeito da saúde, segurança, bem-estar e expressão poética da interação humano-ambiente construído (LABOY; FANNON, 2016). A definição de resiliência no campo do ambiente construído, é compreendida como a capacidade do ambiente absorver, adaptar-se e transformar-se de forma positiva ao enfrentar as mudanças impostas ao longo do tempo (PICKETT et al., 2014, GARCIA; VALE, 2017, ARAÚJO, 2020).

O ambiente construído deve prever os impactos incidentes no sistema e viabilizar ações a fim de facilitar a resiliência (ARAÚJO, 2020). Portanto, na sua concepção deve-se pensar nos comportamentos e sentimentos humanos e buscar estratégias que aumentem a adaptabilidade, deve-se utilizar uma abordagem centrada na real necessidade dos usuários (BAKER; STEEMERS, 2019; STEEMERS, 2015).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde, a saúde é definida como “[...] um estado completo de bem-estar físico, mental e social [...]”, não apenas como a ausência de problemas de saúde. Desta maneira, o termo bem-estar está diretamente ligado à saúde e um ambiente resiliente permite o aumento do bem-estar dos seus usuários, o que pode trazer, a longo prazo, consequências para a nossa qualidade de vida (ARAÚJO, 2020; ARAÚJO; VILLA, 2020).

O programa The Foresight foi criado no Reino Unido, através de evidências de uma ampla gama de disciplinas, para analisar e desenvolver ações-chave que têm impacto de longo prazo no bem-estar da sociedade (AKED et al., 2008). O governo britânico desenvolveu as “Five Ways to Wellbeing” (5W) - As Cinco Formas de Bem-estar, instituídas desde 2008, tem sido adotada mundialmente como forma de intervenções a fim de encorajar comportamentos mais positivos, são ações acessíveis para apoiar e melhorar a qualidade de vida da população. As ações consistem em: conectar, ser ativo, tomar conhecimento, continuar aprendendo e doar (AKED; THOMPSON, 2011).

Entende-se que promover espaços que facilitem o desenvolvimento do 5W gera o bem-estar de seus usuários; o 5W pode ser facilmente relacionado ao ambiente construído e adaptado à realidade brasileira, de forma que a habitação possa influenciar no bem-estar (ARAÚJO; VILLA, 2020).

Projetar para o bem-estar e a saúde inclui uma infinidade de critérios; a estratégia é que os projetos atendam às medidas quantitativas de saúde, mas também sejam adaptáveis e integrados a um conjunto mais amplo de princípios para apoiar o bem-estar; os arquitetos devem garantir, no mínimo, que as estratégias projetuais façam com que o ambiente construído não atinja e reperca negativamente na qualidade de vida dos usuários (STEEMERS, 2015).

4. CONCLUSÕES

A pesquisa pretende entender melhor as questões sobre os impactos, vulnerabilidades, capacidades adaptativas e atributos facilitadores da resiliência na arquitetura, a fim de gerar condições favoráveis para uma mudança comportamental sustentável na relação humano-ambiente construído.

Espera-se que seja possível elucidar importantes lacunas acerca da qualidade de vida e do bem-estar dos moradores de HIS, por meio de uma busca multidisciplinar que avalie de forma mais ampla e precisa esse parâmetro.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORE, C. S.; SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. (org). **Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AKED, J.; THOMPSON, S. Five ways to wellbeing: new applications, new ways of thinking. London: **Nef** (New Economics Foundation). 2011

AKED, J., et al. Five Ways to Wellbeing. London: **Nef** (New Economics Foundation). 2008.

ARAÚJO, G. M. de, Bem-estar e resiliência em habitação social: Uma relação necessária - estratégias para sua obtenção orientadas aos usuários. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia. 2020.

ARAUJO, G. M.; VILLA, S. B. A relação entre bem-estar e resiliência na habitação social: um estudo sobre os impactos existentes. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 141-163, 2020.

BAKER, N.; STEEMERS, K. Healthy homes: designing with light and air for sustainability and wellbeing. London. London: **RIBA Publishing**, 2019.

BORTOLI, K. C. R. de; VILLA, S. B. Adequação ambiental como atributo facilitador da resiliência no ambiente construído em Habitações de Interesse Social. **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 391-422, 2020.

CARDOSO, A. L. (Org.). **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

GARCIA, E. J.; VALE, B. **Unravelling Sustainability and Resilience in the Environment**. 1st Edition. London and New York: Routledge, 2017.

HASSLER, U.; KOHLER, N. Resilience in the built environment. **Building Research & Information**. Vol 42, Nº 2, 119-129. 2014.

LABOY, M.; FANNON, D. "Resilience Theory and Praxis: a Critical Framework for Architecture." **Enquiry**. Vol 13. Issue 1. 39-52. 2016.

MALTA, G. S. Habitação de interesse social em light steel framing no Brasil: avaliação da percepção do usuário sobre a moradia. **Dissertação** (Mestrado Profissional). Universidade Federal de Ouro Preto, 2021.

MALTA, G. S., CORREA, M. A. P. da C. Aspectos da nova lei de regularização fundiária urbana no Brasil e a contextualização do histórico urbano brasileiro. **Perspectivas em Políticas Públicas**. Belo Horizonte. Vol. XI, Nº 22, P. 117-146, 2018.

ONO, R. et al. **Avaliação Pós-Ocupação: na arquitetura, no urbanismo e no design: da teoria à prática**. São Paulo: Oficina de Texto, 2018.

PICKETT, S. T. A. et al. Ecological resilience and resilient cities. **Building Research & Information**. Vol 42, Nº 2, 143-157. 2014.

SOARES, P.; SILVA, M. L. P. da. A utilização do instrumento de demarcação de área de especial interesse social em terrenos destinados a empreendimentos do PMCMV, o caso de Duque de Caxias – RJ. **ENANPARQ**. Salvador. 2018.

STEEMERS, K. Architecture for well-being and health. **Daylight & Architecture**. Edição 23. Velux. Jul. 2015.

VILLA, S. B.; SARAMAGO, R. C. P.; GARCIA, L. C. **Avaliação Pós-Ocupação no PMCMV: uma experiência metodológica**. Uberlândia, 2015.

VILLA, S.B.; BORTOLI, K.C.R; OLIVEIRA, N.F.G. Resiliência no Ambiente Construído em Habitação Social: Métodos Digitais de Avaliação Pós Ocupação. **ENANPARQ**. Brasília. 2020.